



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

Processo nº 13888.000069/2003-06
Recurso nº 253.521 Especial do Contribuinte
Acórdão nº 9303-002.835 – 3ª Turma
Sessão de 23 de janeiro de 2014
Matéria PIS - Prazo para restituição
Recorrente RETEP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Período de apuração: 01/01/1993 a 31/10/1995

PIS. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. PRESCRIÇÃO.

O prazo para repetição de indébito, para pedidos efetuados até 08 de junho de 2005, era de 10 anos, contados da ocorrência do fato gerador do tributo pago indevidamente ou a maior que o devido (tese dos 5 + 5), a partir de 9 de junho de 2005, com a vigência do art. 3º da Lei complementar nº 118/2005, esse prazo passou a ser de 5 anos, contados da extinção do crédito pelo pagamento efetuado.

Recurso Especial do Contribuinte Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao órgão julgador de primeira instância para enfrentar as demais questões trazidas na manifestação de inconformidade.

Marcos Aurélio Pereira Valadão - Presidente Substituto

Henrique Pinheiro Torres - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Henrique Pinheiro Torres, Nanci Gama, Júlio César Alves Ramos, Rodrigo Cardozo Miranda, Rodrigo da Costa Pôssas, Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, Joel Miyazaki, Maria Teresa Martínez López, Gileno Gurjão Barreto e Marcos Aurélio Pereira Valadão.

Documento assinado digitalmente conforme M^a n° 2.207-2 de 24/08/2011

Autenticado digitalmente em 13/02/2014 por CLEIDE LEITE, Assinado digitalmente em 06/03/2014 por MAR

COS AURELIO PEREIRA VALADAO, Assinado digitalmente em 14/02/2014 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES

Impresso em 22/05/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Relatório

Por bem relatar os fatos, transcrevo o relatório do acórdão recorrido.

Trata o presente processo de Declaração de Compensação (fls. 4/12 e 24/25)

de créditos da contribuição para o PIS/Pasep, de janeiro de 1993 a outubro de 1995, com débitos da Cofins e Contribuição para o PIS/Pasep de dezembro de 2002 e fevereiro de 2003

A DRF em Piracicaba (SP), por meio do Despacho Decisório de fls. 46/50, não homologou a compensação declarada, em razão da decadência do direito à repetição do indébito, contando-se cinco anos a partir do recolhimento indevido.

Cientificada do despacho e inconformada com a não homologação, a interessada apresentou a impugnação de fls. 58/79, requerendo a esta DRJ a reforma da decisão proferida pela DRF, alegando, em síntese, que o prazo de cinco anos para restituição deve ser contado a partir da homologação tácita do lançamento, que resulta em dez anos a partir da data do fato gerador.

Transcreveu jurisprudência do STJ, TRF da 32 Região, 22 Vara Federal de Sorocaba e Conselho de Contribuintes, bem como doutrina para respaldar seu entendimento, suscitando ainda a inaplicabilidade do art. 32 da Lei Complementar nº 118, de 2005, a fatos geradores anteriores à sua vigência, citando julgado do STJ neste sentido.

Decidindo o feito, o Colegiado recorrido negou provimento ao recurso voluntário, em acórdão assim ementado:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

**Período de apuração: 01/01/1993 a 31/10/1995 PIS.
REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRAZO.**

O prazo para repetição de indébito de tributos sujeitos ao lançamento por homologação é de cinco anos contados da data do recolhimento.

Recurso voluntário negado.

Inconformado, o sujeito passivo apresentou recurso especial, fls. 299 a 317, onde pugna pelo prazo prescricional decenal da tese dos 5 + 5.

A esse recurso foi dado seguimento, nos termos do despacho de fl. 356.

Regularmente, intimada do despacho de admissibilidade do recurso especial do sujeito passivo, a PGFN não apresentou contrarrazões.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Henrique Pinheiro Torres, Relator

O recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

A teor do relatado, a matéria posta em debate cinge-se à questão do termo inicial da prescrição para repetição de indébito. Em seu especial o sujeito passivo pede a aplicação do prazo decenal (tese dos 5 + 5), enquanto a Câmara recorrida entendeu aplicável ao caso o art. 168 do CTN, com a interpretação dada pelo art. 3º da Lei Complementar 118/2005.

Analisando os autos, verifica-se que o crédito pleiteado refere-se a fatos geradores ocorridos entre janeiro de 1993 e outubro de 1995, enquanto que o pedido de repetição de indébito foi protocolado em 15 de janeiro de 2003, conforme carimbo apostado à fl. 1 dos autos

Feito esse esclarecimento, passemos, de imediato, ao enfrentamento da questão.

Nesta matéria, já me pronunciei inúmeras vezes, entendendo que o termo inicial para repetir indébito é o previsto no artigo 168 do CTN, com a interpretação dada pelo art. 3º da Lei Complementar 118/2005, ou seja, o da extinção do crédito pelo pagamento indevido. Esse entendimento vinha prevalecendo neste Colegiado, quando se resolveu sobrestar a matéria até que o Supremo Tribunal Federal se pronunciasse sobre a constitucionalidade do art. 4º da Lei Complementar suso mencionada, que determinava a aplicação retroativa da interpretação autêntica dada pelo citado artigo 3º.

A decisão do STF foi no sentido de que o termo inicial do prazo para repetição de indébito, a partir de 09/06/2005, vigência da Lei Complementar 118/2005, era a data da extinção do crédito pelo pagamento; já para as ações de restituição ingressadas até a vigência dessa lei, dever-se-ia aplicar o prazo dos 10 anos, consubstanciado na tese dos 5 mais 5 (cinco anos para homologar e mais 5 para repetir), prevalente no Superior Tribunal de Justiça. Para melhor clareza do aqui exposto, transcreve-se a ementa do acórdão pretoriano que decidiu a questão.

04/08/2011

PLENÁRIO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 566.621 Rio GRANDE DO Sul.

RELATORA : MIN. ELLEN GRACIE

*DIREITO TRIBUTÁRIO - LEI INTERPRETATIVA -
APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI COMPLEMENTAR N°
118/2005 - DESCABIMENTO - VIOLAÇÃO À SEGURANÇA
JURÍDICA - NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA VACACIO
LEGIS APLICAÇÃO DO PRAZO REDUZIDO PARA
REPETIÇÃO OU COMPENSAÇÃO DE INDÉBITOS AOS*

PROCESSOS AJUIZADOS A PARTIR DE '9 DE JUNHO DE 2005.

Quando do advento da LC 118/05, estava consolidada a orientação da Primeira Seção do STJ no sentido de que, para os tributos sujeitos a lançamento por homologação, o prazo para repetição ou compensação de indébito era de 10 anos contados do seu fato gerador, tendo em conta a aplicação combinada dos arts. 150, § 4º, 156, VII, e 168, I, do- CTN.

A LC 118/05, embora tenha se auto-proclamado interpretativa, implicou inovação normativa, tendo reduzido o prazo de 10 anos contados do fato gerador para 5 anos contados do pagamento indevido.

Lei supostamente interpretativa que, em verdade, inova no mundo jurídico deve ser considerada como lei nova.

Inocorrência de violação à autonomia e independência dos Poderes, porquanto a lei expressamente interpretativa também se submete, como qualquer Outra, ao controle judicial quanto à sua natureza, validade e aplicação.

A aplicação retroativa de novo e reduzido prazo para a repetição ou compensação de indébito tributário estipulado por lei nova, fulminando, de imediato, pretensões deduzidas tempestivamente à luz do prazo então aplicável, bem como a aplicação imediata às pretensões pendentes de ajuizamento quando da publicação da lei, sem resguardo de nenhuma regra de transição, implicam ofensa ao Princípio da segurança jurídica em seus conteúdos de proteção da confiança e de garantia do acesso à justiça.

Afastando-se as aplicações inconstitucionais e resguardando-se, no mais, a eficácia da norma, permite-se a aplicação do prazo reduzido relativamente às ações ajuizadas após a vacatio legis, conforme entendimento consolidado por esta Corte no enunciado 445 da Súmula do Tribunal.

O prazo de vatatio legis de 120 dias permitiu aos contribuintes não apenas que tomassem ciência do novo prazo, mas também que ajuizassem as ações necessárias à tutela dos seus direitos.

Inaplicabilidade do art. 2.028 do Código Civil, pois, não havendo lacuna na LC 118/05, que pretendeu a aplicação do novo prazo na maior extensão possível, descabida sua aplicação por analogia. Além disso, não se trata de lei geral, tampouco impede iniciativa legislativa em contrário.

Reconhecida a inconstitucionalidade art. 4º, segunda parte, da LC 118/05, considerando-se válida a aplicação do novo prazo de 5 anos tão-somente às ações ajuizadas após o decurso da vacatio legis de 120 dias, ou seja, a partir de 9 de junho de 2005.

Aplicação do art. 543-B, § 3, do CPC aos recursos sobrestados.

Recurso extraordinário desprovidão.

ACORDÃO

Documento assinado digitalmente de MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 13/02/2014 por CLEIDE LEITE, Assinado digitalmente em 06/03/2014 por MARCOS AURELIO PEREIRA VALADAO, Assinado digitalmente em 14/02/2014 por HENRIQUE PINHEIRO TORRES
Impresso em 22/05/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a RE 66.621 / RS Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto da relatora.

Essa decisão não deixa margem a dúvida de que o artigo 3º da Lei Complementar nº 118/2005 só produziram efeitos a partir de 9 de junho de 2005, com isso, quem ajuizou ação judicial de repetição de indébito, em período anterior a essa data, gozava do prazo decenal (tese dos 5 + 5) para repetição de indébito, contado a partir do fato gerador da obrigação tributária. Ademais, não se pode olvidar que a Constituição é aquilo que o Supremo Tribunal Federal diz que ela é, com isso, em matéria de controle de constitucionalidade, a última palavra é do STF, por conseguinte, deve todos os demais tribunais e órgãos administrativos observarem suas decisões.

D outro lado, não se alegue que predita decisão seria inaplicável ao CARF já que o acórdão do STF teria vedado a aplicação retroativa da lei aos casos de ação judicial impetradas até o início da vigência da lei interpretativa, pois o fundamento para declarar a inconstitucionalidade da segunda parte do art. 4º acima citado, foi justamente a ofensa ao princípio da segurança jurídica e da confiança, o que se aplica, de igual modo, aos pedidos administrativos, não havendo qualquer motivo, nesse quesito – segurança jurídica – para diferenciá-los dos pedidos judiciais.

De todo o exposto, conclui-se que aos pedidos administrativos de repetição de indébito, formalizados até 8 de junho de 2005, aplica-se o prazo decenal. Assim, no caso sob exame, tem-se que os créditos pleiteados, na data em que apresentado pedido de repetição, 15 de janeiro de 2003, nenhum crédito fora alcançado pela prescrição, posto que o período de apuração mais remoto refere-se a janeiro de 1993, cujo fato gerador ocorreu no último dia do mês, (31/01/1993), portanto, antes do exaurimento do prazo decenal da prescrição. Os referentes a fatos geradores ocorridos posteriormente, por óbvio, também não prescreveram.

Com essas considerações, voto no sentido de dar provimento ao recurso do sujeito passivo para afastar a prescrição dos créditos pleiteados, e determinar o retorno dos autos ao órgão julgador de primeira instância para que enfrente as demais questões trazidas na manifestação de inconformidade.

Henrique Pinheiro Torres